

EMENTA DA DISCIPLINA

Tópicos em direito e sociedade: abordando, desde a perspectiva sócio-jurídica, temas da atualidade que sejam objetos de grupos de pesquisa no nível de graduação e pós-graduação, tais como, sociedade e direitos humanos, teorias da decisão, direito e gênero, sociedade e judiciário. Fonte: XXX

OBJETIVO

O objetivo do curso é apresentar aos alunos, a partir da caracterização dos atores, elementos e fases de um desastre, as principais ferramentas jurídicas, nacionais e internacionais, que hoje são mobilizadas para a prevenção, mitigação e reparação integral de seus danos, assim como a reconstrução dos territórios e comunidades atingidas. A partir de racionalidade jurídica interdisciplinar (Direito Internacional Público, Constitucional, Ambiental, Administrativo, Civil, e Contratual) busca-se ainda estimular o aluno à reflexão crítica sobre os casos trabalhados em sala e habilitá-lo para o desenho, planejamento e implementação de soluções em casos jurídicos complexos.

METODOLOGIA

- **Aulas expositivas assíncronas (teórico) – conteúdo disponibilizado no Youtube/Classroom;**
- **Aulas síncronas para discussão dos casos (prático) e resolução de dúvidas – encontros no Google Meet/Classroom às 6afs, 16:40 às 18:20 - 2 cr.**

AValiação

A Avaliação está dividida em dois componentes (50% cada) remotos e assíncronos:

- a. Atividade adaptada da metodologia *case brief* (FEA-USP, Camila Villard Duran), por meio de [formulário online](#), que deverá ser preenchido com até 24h de antecedência da aula síncrona para debate, contendo uma sistematização dos elementos-chave dos casos trabalhados em sala: i) atores, ii) características e fatos essenciais do caso e iii) ações/decisões/acordos adotados, assim como iv) a sua própria avaliação sobre o grau de reparação integral alcançado para os atingidos no caso concreto e reconstrução para melhor, além de potenciais aprimoramento;
- b. **Prova escrita assíncrona** ao final do curso.

Parâmetros avaliativos: o *case brief* será avaliado pela i) **extensão** da pesquisa realizada e confiabilidade dos dados, ii) pela **profundidade** dos elementos trazidos pelo/a aluno/a, e pela iii) **criatividade e inovação** das sugestões ao final do formulário. A prova terá parâmetros avaliativos próprios informados oportunamente.

PROGRAMA SEMANAL

BLOCO 1 – DO QUE ESTAMOS TRATANDO?

Aula 1 : Apresentação do Curso - objetivo, conteúdo, metodologia avaliativa. O que são desastres? É possível falar em um “Direito dos Desastres”? Desastres são naturais? A era das mudanças climáticas, do Compliance e ESG corporativo.

Referências:

CARVALHO, Délton Winter. *O que devemos urgentemente aprender com o novel Direito dos Desastres* (2019). Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-jan-29/delton-winter-devemos-aprender-direito-desastres?fbclid=IwAR0sYrybXpSpp7RHL2yDH_gjtbYuOn0Fhz1EOucNLywnGblx2ib3dCj76E

CARVALHO, Délton Winter. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica*. 2ª Ed. Editora: Revista dos Tribunais, 2020. Cap. 1.1 a 1.6

BRASIL. *Banco de dados e registros de desastres: sistema integrado de informações sobre desastres - S2ID*. (M. d. Civil, Ed.) Disponível em: [S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres v3.7.010g](#)

Universidade Federal de Santa Catarina. *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais*. 1991 a 2010. Volume Brasil. Disponível em: [Untitled](#)

[ENG] Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). *EMDAT - Emergency Events Database*. Disponível em: [EM-DAT | The international disasters database](#)

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. *Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão*. Disponível em: <https://observatorionacional.cnj.jus.br/observatorionacional/>

[ENG] UNDRR - United Nations Office for Disaster Risk Reduction – Regional Office for the Americas and the Caribbean 2021. [Journalists told "No such thing as a natural disaster"](#)

[ENG] O'KEEFE, P., WESTGATE, K. and WISNER, B. (1976). [Taking the naturalness out of natural disasters](#)

[ENG] GILBERT, C. (1998). Studying disaster: changes in the main conceptual tools. E. L. Quarantelli. (ed) *What is a disaster? Perspectives on the question*. Routledge: London and New York. p. 11- 18.

NEXO. 2021. [O que há de inédito no 6º relatório do IPCC sobre as causas e efeitos das mudanças climáticas](#)

[ENG] IPCC. Sixth Assessment Report. *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Disponível em: [Sixth Assessment Report — IPCC](#)

***MATERIAL GRÁFICO:** [The climate disaster is here – this is what the future looks like](#)

Aula 2: Direito internacional dos desastres:

Ação Hyogo para a Redução de Riscos de Desastres (2005-2015); Esboço de Artigos para a Proteção de Pessoas em Eventos de Desastres da Comissão de Direito Internacional (2016); Ação Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (2015-2030). O conceito de Build back better (BBB) e Resiliência. Acordo de Escazú (2018).

**Caso Derramamento de óleo BP - Deepwater Horizon (Golfo do México, 2010)
Caso Derramamento de óleo na bacia de campos - Chevron (Campo do Frade, 2011)**

Referências:

CARVALHO, Délton Winter. Direito Internacional dos Desastres: da centralidade na resposta humanitária à formação do dever internacional de redução de riscos de desastres. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI*, v. 5 n. 2 (2020). Disponível em: [Direito Internacional dos Desastres | Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI](#)

[ENG] MANNAKKARA, Sandeeka; WILKINSON; Suzanne; POTANGAROA, Regan. *Resilient post disaster recovery through building back better*. 2. ed. Londres: Routledge, 2019. Chapter 2 - Build Back Better theory.

CARVALHO, Délton Winter. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica*. 2ª Ed. Editora: Revista dos Tribunais, 2020. Cap. 1.7.

[ENG] UN (2016). [Draft articles on the protection of persons in the event of disasters, 2016](#)

[ENG] UNDRR (2007). [Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the resilience of nations and communities to disasters - full text](#)

[ENG] UNDRR (2015). [Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 - 2030](#)

[ENG] UNDRR (2015). [Chart of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030](#)

[ESP] CEPAL (2018). [Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe | Comisión Económica para América Latina y el Caribe BP oil spill timeline | Deepwater Horizon oil spill](#)

[ENG] Prasad et al.. *Climate Resilient Cities: A Primer on Reducing Vulnerability to Disasters*. The World Bank, 2009 (1578p). Disponível em: [Climate Resilient Cities : A Primer on Reducing Vulnerabilities to Disasters](#)

[ENG] Giustiniani, Flavia Zorzi(2018). Something old, something new: Disaster risk reduction in international law. *Questions of International Law -QIL*, Napoli, Zoom-in 49, 7-27. Disponível em: [Something old, something new: Disaster risk reduction in international law Flavia Zorzi Giustiniani* 1. Introduction Praestat](#)

Aula 3: Direito brasileiro dos desastres:

Tutela Constitucional - tutela do meio ambiente, situações de calamidade e desastres, responsabilidade civil, administrativa e criminal. Incorporação de tratados de direitos humanos. Proibição de Retrocesso e Dever Progressividade em Matéria Ambiental.

Tutela Infraconstitucional - PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81). Lei de Acesso à Informação Ambiental (Lei nº 10.650/2003). Gestão de riscos e de desastres no Brasil. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - Lei nº 12.608/2012, lei nº 12.340/2010, Decreto 7.257/2010. Plataformas nacionais de redução de risco de desastres. Plano Nacional de Gestão de Riscos de Desastres. Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

Caso contaminação radiológica - Césio 137 - (Goiânia, 1987)

Caso contaminação por agrotóxico - Cidade dos Meninos (Baixada Fluminense, 1989)

Referências:

FREIRE, Ana Flavia Rodrigues. *A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e as ações do Governo Federal na gestão de riscos de desastres.* [dissertação] -- 2014. Cap. 2 - A PNPDC. Disponível em: <https://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=4503#:~:text=GOVERNO%20FEDERAL%20NA%20GEST%C3%83O%20DE,Janeiro%2C%20em%20janeiro%20de%202011>

BRASIL. [Constituição](#)

BRASIL. [L6938](#) (PNMA)

BRASIL. [L10650](#) (Acesso à Inf. Amb.)

BRASIL. [L12608](#) (PNPDEC) e [L12340](#) / [Decreto nº 7257](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS. [Portal da Câmara dos Deputados](#) (Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens)

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Debatedores pedem aprovação da PNAB (2021)*. Disponível em: [Debatedores pedem aprovação de política para populações atingidas por barragens - Notícias](#)

CNJ. [Recomendação Nº 40 de 13/06/2012](#)

REPÓRTER BRASIL (2021). [Uma cidade envenenada: a história desconhecida de um dos maiores desastres ambientais do Brasil](#)

[ENG] FARBER, Daniel. *Direito dos desastres e questões emergentes no Brasil* (ENG). *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, 4(1): 2-15 janeiro-junho 2012. Disponível em: [Direito dos desastres e questões emergentes no Brasil | Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito](#)

CARVALHO, Délton Winter. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica*. 2ª Ed. Editora: Revista dos Tribunais, 2020. Cap. 2.2 e 2.3.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Os desastres ambientais e a ação civil pública. In: FARBER, Daniel. CARVALHO, Délton Winter. (Orgs.) *Estudos Aprofundados em Direito dos Desastres: Interfaces Comparadas*. 2ª Ed. Editora: Appris, 2019. p. 377-406.

BLOCO 2 – COMO ENFRENTAR O TEMA?

Aula 4: Redução de Riscos de Desastres (RDD) - ONU. Evolução conceitual de ameaça, risco, vulnerabilidade, suscetibilidade e resiliência.

Desastres e vulnerabilidade social e a ineficácia/insuficiência das ações de gestão de riscos e de prevenção, preparação e resposta a desastres.

Introdução à Sociologia dos desastres.

Caso Derramamento de óleo na Baía de Guanabara (2000)

Caso Risco de Desastre Geológico - Braskem (Maceió, 2020)

Referências:

[ENG] UNITED NATIONS. General Assembly. *Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction*. A/71/644. Genebra: UN, 2016. Disponível em: www.preventionweb.net/publications/view/51748

LEITÃO, Manuela Prado. *Desastres Ambientais, resiliência e responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. Cap. 2 – Para Onde Vamos? O Direito entre a Vulnerabilidade, a Resiliência e o Risco.

[ENG] Wisner, B., Gaillard, J.C., Kelman, Ilan. (Eds.) *The Routledge Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction*. Routledge, 2012. *PART IV: Planning, prevention and mitigation*.

VALENCIO, Norma. (2009) Cap. 14 - Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. In: *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. 1 ed. São Carlos/SP : RiMa, v.1, p. 48-57. Disponível em: [SOCIOLOGIA DOS DESASTRES PDF Versão Eletrônica \(PDF\)](#)

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias et al. Cap. 6 - Prevenção de desastres e gestão de resíduos sólidos no direito brasileiro. In: GÜNTHER, Wanda Risso et al (Org.) *Desastres: múltiplas abordagens e desafios*. CEPED-SP/USP. Editora Elsevier, 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/339415909_Prevencao_de_desastres_e_gestao_de_residuos_solidos_no_direito_brasileiro?fbclid=IwAR1Kjvb8jHWXvd4hAueeNU9hvPOEQzMeGNhLO0oBCiE6QzX4pdPa5Ke-CPY

MIRANDA, Alessandra Rodrigues. *O princípio da precaução e a problemática advinda da tragédia do rio doce*. <http://periodicos.fbuni.edu.br/index.php/dialogo-juridico/article/view/24>

SUNSTEIN, C. R. (2012). *Para além do princípio da precaução*. *Revista De Direito Administrativo*, 259, 11–71. [Para além do princípio da precaução | Revista de Direito Administrativo](#)

CARVALHO, Délton Winter. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica*. 2ª Ed. Editora: Revista dos Tribunais, 2020. Cap. 2.1 a 2.4.

MARCHEZINI, V. (2009). Cap. 4 - Dos desastres da natureza à natureza dos desastres In: *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. 1 ed. São Carlos/SP : RiMa, v.1, p. 48-57. Disponível em: [SOCIOLOGIA DOS DESASTRES PDF Versão Eletrônica \(PDF\)](#)

Aula 5: Racismo ambiental e os vieses de classe, étnico-racial, de gênero, e geracional da vulnerabilidade e as dificuldades de vocalização dos direitos e enfrentamento dos riscos socialmente produzidos.
Assimetria informacional e de poder nos mecanismos de prevenção, mitigação e reparação de desastres.

STF, ADPF 709 - Povos Indígenas e a COVID-19 (2020)
Caso Naufrágio do Navio Haidar (Barcarena, 2017)

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2014, v. 19, n. 9 [Acessado 17 Dezembro 2021] , pp. 3631-3644. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>>

CRUZ, Luciana Costa Braga. [O NAUFRÁGIO DO NAVIO HAIDAR EM BARCARENA-PA](#): conflitos ambientais e zona de sacrifício. (Dissertação) IPPUR/UFRJ, 2018. Cap. 4.4.1 - A percepção de Barcarena como uma zona de sacrifício.

MPF. <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/paginas-especiais/caso-haidar>

GÓES, Gisele; DIAS, Jean Carlos e VIEIRA, Débora. O acordo realizado na ACP do naufrágio do navio Haidar em Barcarena aos olhos da Análise Econômica do Direito. In *Direito Contemporâneo em debate. Estudos transdisciplinares*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2019. P. 375-402.

[ENG] KAHN, Matthew E. 2005. "The Death Toll from Natural Disasters: The Role of Income, Geography, and Institutions," *The Review of Economics and Statistics*, MIT Press, vol. 87(2), pages 271-284, May.

CONECTAS. Como o racismo ambiental afeta [...] 2021. Disponível em: [Entrevista: Como o racismo ambiental afeta a vida das pessoas negras e indígenas](#)

GODOY, Miguel Gualano. SANTANA, Carolina Ribeiro. OLIVEIRA, Lucas Cravo. [STF, povos indígenas e Sala de Situação: diálogo ilusório / STF, indigenous peoples and Situation Room: illusory dialogue | Godoy | Revista Direito e Práxis](#) *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 3, 2021, p. 2174-2205.

SILVA JÚNIOR, L. C. da .; LEMGRUBER, V. [Protocolo de consulta prévia, livre e informada em um território de desastres | Revista da Universidade Federal de Minas Gerais](#) *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 466–491, 2021. DOI: 10.35699/2316-770X.2020.21482.

MATTOS, K. D. G.; MACHADO, M. S. Desastres e Mulheres: uma análise sobre o fundamento constitucional para a priorização e ampliação da representatividade das mulheres na gestão de desastres no Brasil. 2020 .

[ENG] ALMEIDA, L. Q., T. WELLE, AND J. BIRKMANN. 2016. Disaster Risk Indicators In Brazil: A Proposal Based On The World Risk Index. *International Journal of Disaster Risk Reduction*. 17: 251–272. [Disaster risk indicators in Brazil: A proposal based on the world risk index](#)

[ENG] HUMMELL, B. M.L., S. L. CUTTER, AND C. T. EMRICH. 2016. Social Vulnerability to Natural Hazards in Brazil. *International Journal of Disaster Risk Science*. Beijing Normal University Press 7(2):111-122. [Social Vulnerability to Natural Hazards in Brazil - International Journal of Disaster Risk Science](#)

Aula 6: Gestão de Desastres - ONU.

Conhecimento, habilidades e capacidades de órgãos públicos, sociedade civil, comunidades, empresas e indivíduos para antecipar e responder impactos de desastres iminentes.

Provisão de serviços de emergência, impacto nos municípios - Proteção e Assistência Social, Serviços de Saúde, Defesa Civil. Seguros e Desastres nos Estados Unidos.

Auxílio Financeiro Emergencial: Pandemia COVID-19 (2020)

Ações emergenciais do Governo Federal: Caso Vazamento de óleo no Nordeste (2019)

Referências:

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Proteção aos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres / Janaína Rocha Furtado; Marcela Souza Silva, organizadoras. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2014. *Documento que apresenta as “Diretrizes Operacionais do Comitê Permanente entre Organismos (IASC) sobre a proteção dos direitos humanos em situações de desastres naturais” (2007)*. Capítulo 6. Disponível em: [Untitled \[ENG\] IASC. IASC OPERATIONAL GUIDELINES ON THE PROTECTION OF PERSONS IN SITUATIONS OF NATURAL DISASTERS](#) (2011).

Nassif-Pires, Luiza; Cardoso, Luisa; Oliveira, Ana Luíza Matos de. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. (Nota de Política Econômica nº 010). MADE/USP. [Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza — Made](#)

BRASIL. [Decreto nº 8127](#) (Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas)

MPF. [Derramamento de óleo na costa brasileira](#)

DEFESA CIVIL - PETRÓPOLIS. Sistema de Alerta e Alarme Alternativo para Escorregamento. (2021). Disponível em: [Defesa Civil implanta sistema de alerta e alarme alternativo onde não há sirenes em Petrópolis, no RJ](#)

CARVALHO, Délton Winter. [INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO A DESASTRES: AS MEDIDAS NÃO ESTRUTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES | de Carvalho | Novos Estudos Jurídicos](#) Novos Estudos Jurídicos [Online], 20.1 (2015): 34-58.

CEPED-SP/USP. *Riscos e desastres: caminhos para o desenvolvimento sustentável* / organizado por Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki, Carlos Augusto Morales Rodriguez, Larissa Ciccotti – São Carlos: RiMa Editora, 2019.

[ENG] Guttry, A. Gestri, M. Venturini, G. (Eds.) *International Disaster Response Law*. Springer, 2012. *Part V: Planning and Implementing Disaster Relief Actions*.

CARVALHO, Délton Winter. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica*. 2ª Ed. Editora: Revista dos Tribunais, 2020. Cap. 3.1 a 3.3 e 4.6 (Seguro e Desastres Ambientais)

BRUGGEMAN, V., FAURE, M., HELDT, T. Seguros contra Catástrofes: Medidas de Estímulo do Governo para Impulsionar os Mercados diante de Eventos Catastróficos. In: FARBER, Daniel. CARVALHO, Délton Winter. (Orgs.) *Estudos Aprofundados em Direito dos Desastres: Interfaces Comparadas*. 2ª Ed. Editora: Appris, 2019. p. 269-307.

Aula 7: professor convidado (LITIGÂNCIA CLIMÁTICA)

Referências:

CONECTAS. *Clima e Direitos Humanos – Vozes e ações* (2021). Disponível em:

https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/09/ebook_climatico-12.pdf

CONECTAS. *Guia de Litigância Climática* (2019). Disponível em:

<https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2019/11/guia-litigancia-climatica-1.pdf>

Aula 8: Compensação em desastres e valoração dos danos. Etapas da valoração.

**Fundos de Reparação e o conceito de Claim Resolution Facilities.
Fundos Administrativos na LACP.**

Caso Ataques do 11 de setembro (Estados Unidos, 2001) e o World Trade Center Victim Fund (WTCVF).

Caso Rompimento da Barragem de Fundão (Mariana/Rio Doce, 2015) e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos previsto na LACP.

Referências:

***Filme** - Worth (Quanto Vale). Netflix, 2021. [Quanto vale? | Site oficial da Netflix](#)
DOWBOR, Monika; RESENDE, Roberta C. ; RUSCHEINSKY, Aloisio. Medidas compensatórias nos desastres tecnológicos: um elo negligenciado. In: *43 Encontro Anual da ANPOCS, 2019, Caxambu. Anais do 43 Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambú: ANPOCS, 2019. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/auvbxeyclfpfoys/TAN_MD3_RCR2_AR3.pdf?dl=0
CABRAL, Antonio; ZANETI JR., Hermes. Entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos: as claims resolution facilities e sua aplicabilidade no Brasil. *Revista de Processo*. São Paulo: RT, 2019, vol. 287, p. 449. Disponível [aqui](#).
DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. Fundo de compensação e eventos extremos: aspectos introdutórios. *Revista eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria*. V. 14, n.3 0 2019, p. 06. Disponível [aqui](#).
FALECK, Diego. *Manual de Design de Sistemas de Disputas: Criação de Estratégias e Processos Eficazes para Tratar Conflitos*. Editora Lumen Iuris, Rio de Janeiro, 2018.
[ENG] Robert M. Ackerman, The September 11th Victim Compensation Fund: An Effective Administrative Response to National Tragedy, *10 Harv. Negot. L. Rev.* 135 (2005). Disponível [aqui](#).
[ENG] FEINBERG, K. Unconventional Responses to Unique Catastrophes: Tailoring the Law to Meet the Challenges. *Journal of International Law*, v. 46, n. 3, 525-544, 2014. Disponível [aqui](#).
SILVA, Marta Zorzal. Vulnerabilidades e tensões sociais na política de reparação e compensação do desastre da barragem da Samarco S/A no rio Doce. In: *19º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2019, Florianópolis - SC. Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. Florianópolis: SBS, 2019*. Disponível em: [Grupos de Trabalho - GT26 - Conflitos Socioambientais](#)
CARVALHO, Délton Winter. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica*. 2ª Ed. Editora: Revista dos Tribunais, 2020. Cap. 4.1 e 4.2.

BLOCO 3 – QUEM FAZ PARTE?

Aula 9: Governança Judicial Ecológica e o Papel das Cortes Constitucionais na Proteção da Natureza. Dano Ecológico.

Decisões e Tutelas Estruturais em casos de Desastres.

A Responsabilidade Civil Ambiental na Jurisprudência do STJ.

STF: Caso Contaminação por Amianto (Goiás, 2020)

STJ: Caso Derramamento de óleo Olapa (Paraná, 2001)

JÚNIOR, Vicente de Paulo Augusto de Oliveira; PAGLIUCA, Daniel. [A tese da imprescritibilidade de danos ambientais em Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal e a possibilidade de aplicação da teoria de risco agravado | Oliveira Júnior |](#)

[Revista Brasileira de Políticas Públicas](#) *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 3. p601-621, 2020.

[ENG] LIU, Chelsea. Judge political affiliation and impacts of corporate environmental litigation, *Journal of Corporate Finance*, Volume 64, 2020, 101670, ISSN 0929-1199, [Judge political affiliation and impacts of corporate environmental litigation](#). (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0929119920301140>)

[ENG] RESNIK, Judith. Managerial Judges, *Harvard Law Review*, vol 96, n. 378, 1982-1983

FACHIN, Melina Girardi. SCHINEMANN, Caio Cesar Bueno. [DECISÕES ESTRUTURANTES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: CRITÉRIOS PROCESSUAIS DA TUTELA JURISDICCIONAL DE DIREITOS PRESTACIONAIS | Fachin | REI](#) *Revista Estudos Institucionais*, Vol. 4, 1 (2018).

Faria, Maristela Medina e Baggio, Roberta Camineiro. [O Supremo Tribunal Federal entre o Direito e a Tecnocracia Científica: o caso do amianto](#). Sequência (Florianópolis) [online]. 2019, n. 83 [Acessado 13 Novembro 2021] , pp. 193-219.

KOSAK, A. P., BARBOZA, E. M. Q. [O papel do CNJ diante do reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional do sistema carcerário brasileiro na perspectiva do ativismo dialógico | Kosak | Revista Brasileira de Políticas Públicas](#). *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 1 p.175-194, 2020.

MATTOS, Karina Denari Gomes de; VALLE, Vanice Regina Lírio do. [Da efetividade decisória à transformação social: o investimento institucional em coordenação, monitoramento e transparência como peça-chave para a modernização da prestação jurisdiccional | Mattos | Revista da Faculdade de Direito UFPR](#). *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, v. 66, n. 2, p. 185-212, ago. 2021.

MATTOS, Karina Denari G. *Compliance judicial: por que e como aferir a efetividade de decisões estruturais* / Karina Denari Gomes de Mattos. – Belo Horizonte : Fórum, 2021. 329p.; 14,5x21,5cm ISBN: 978-65-5518-196-8.

Aula 10: Responsabilidade Civil do Estado em Matéria Ambiental e Configuração da omissão estatal face ao não cumprimento dos deveres de proteção. Prevenção pelo Poder Público. Atuação e Protagonismo das IJs no Brasil em TACs, ICs e mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos.

Responsabilidade do Estado: Caso do Rompimento da Barragem de Algodões (Cocal, Piauí, 2009), Caso do Rompimento da Barragem de Cataguases (Cataguases, MG, 2003)
Protagonismo das IJs: ACP do Carvão (Santa Catarina, 1993), Caso contaminação por agrotóxicos MPT x Shell-Basf (Paulínea, 2007)

Referências:

MENDONÇA, A. L. M.; PAIANO, D. B. [Da responsabilidade civil ambiental do estado diante de desastres e as consequências para barra longa \(MG\) | Revista da Universidade Federal de Minas Gerais](#) *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 542–561, 2021.

[ENG] Sugarman, Stephen D (2006). [Roles of Government in Compensating Disaster Victims](#)

IGLECIAS LEMOS et al, Perdas e danos decorrentes de inundações no Brasil: desafios e tendências da responsabilidade civil do Estado. In: *Riscos e desastres: caminhos para o desenvolvimento sustentável* / organizado por Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki, Carlos Augusto Morales Rodriguez, Larissa Ciccotti – São Carlos: RiMa Editora, 2019.

Disponível [aqui](#) ou [aqui](#).

EURÍSTENES, Poema. [Interfaces de atuação das instituições de justiça no caso do rompimento da Barragem de Fundão/MG \(2015\)](#). Mestrado em Sociologia.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

[ESP] MATTOS, Karina Denari G.; NADER, Esteban. *Adjudicación socioambiental en casos estructurales de Argentina y Brasil: aprendizaje mutuo y estrategias comparadas*. [Programa Estado de Derecho América Latina - Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano edición 2020](#) , v. 1, p. 555-581.

CARVALHO, Délton Winter. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica*. 2ª Ed. Editora: Revista dos Tribunais, 2020. Cap. 4.4. e 4.5.

Aula 11 – professor convidado (Empresas/ Participação Social nos Desastres)

Referências:

Fundação Getulio Vargas. [Parâmetros para uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos para a Resposta e Reconstrução de Desastres Envolvendo Empresas](#) /

Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo : FGV, 2019.

CARLOS, Euzeneia. [Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre socioambiental](#). *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 19, p.602 - 622, 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian et al. [As dificuldades da participação: Desencontro de interesses na recuperação do rio doce](#) *Las dificultades de la participación*: *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 19, n. spe, p. 121-145, dez. 2019.

Semanas 12 a 15 – discussão formulários, entrega da prova, devolutiva de notas autoavaliação e avaliação do curso